



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ORAL

### Políticas de emprego para residentes e não residentes

Segundo o inquérito ao emprego de 2023 dos Serviços de Estatística e Censos, os sectores em que os desempregados querem trabalhar são essencialmente: a hotelaria e a restauração, cerca de 2000 pessoas; actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços, cerca de 1900 pessoas; construção civil, cerca de 1500 pessoas e comércio por grosso e a retalho, cerca de 1300 pessoas. Segundo os dados da DSAL, até finais de Maio, o número de não residentes nos referidos sectores já ultrapassava 112 mil, dos quais 51,190 na hotelaria e restauração, ou seja, cerca de 63% do total dos trabalhadores neste sector.

Até finais de Março, a taxa de não residentes já era de 48%, mas o Governo não ajustou atempadamente as respectivas quotas e até se registou um aumento significativo das quotas autorizadas. Segundo a DSAL, no primeiro trimestre deste ano, foram autorizadas 11 mil 616 quotas na construção civil, mais 10,6% face ao quarto trimestre de 2019; 4 mil 114 no comércio por grosso e a retalho, mais 38,6%; e 9 mil 323 na hotelaria e restauração, mais 47,1%. Antes da epidemia, havia mais de 196 mil “*blue cards*” (Novembro de 2019), mas até Maio deste ano, já se registaram mais de 210 mil autorizações de contratação de não residentes, número superior ao registado quando a economia estava boa. Daqui resulta que as autoridades não adoptaram medidas específicas para resolver o problema do desemprego, antes pelo



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

contrário, aumentaram as quotas para os sectores em que os desempregados locais querem trabalhar, o que deixa a população com a sensação de que está a fazer o contrário!

Devido ao impacto da conjuntura geral, o mercado da venda a retalho de luxo está a enfrentar um impacto estrutural. Recentemente, uma grande empresa de venda a retalho de produtos de luxo isentos de impostos, com mais de 200 não residentes, exigiu a mais de mil locais “o gozo voluntário de férias sem vencimento”. Apesar da atenção dada ao caso, a DSAL limitou-se a responder que “não tinha recebido qualquer queixa de trabalhadores locais”, alertou a empresa sobre eventuais despedimentos, que esta deveria despedir primeiro os não residentes, mas nada exigiu quanto à situação das licenças sem vencimento impostas, tendo em conta a existência de não residentes. Assim, não é de admirar que alguns residentes me tenham apresentado queixas, afirmando que “com esta atitude, a DSAL deve alterar a designação para Direcção dos Serviços para a importação de mão-de-obra”.

Segundo muitas opiniões, os locais dificilmente conseguem encontrar emprego estável a tempo inteiro com perspectivas de desenvolvimento e bons salários. A razão principal é a falta de rigor na apreciação e autorização das quotas, e as empresas preferem contratar não residentes, que auferem salários mais baixos e são mais estáveis, e impõem exigências muito rigorosas aos locais. Nos recrutamentos de muitas grandes empresas para postos de trabalhos da linha da frente que servem principalmente os turistas do Interior da China, os entrevistadores recusam sempre



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

os residentes, alegando falta de experiência ou falta de proficiência em línguas estrangeiras, mas não impõem as mesmas exigências aos não residentes para as mesmas funções, e os pedidos de quotas das empresas são autorizados depois de concluídas as entrevistas. Ironicamente, muitas grandes empresas, para satisfazer as necessidades de curto prazo, por exemplo, durante os feriados, empregam sempre locais a tempo parcial, sob a forma de adjudicação e através de agências de emprego, para funções iguais às desempenhadas pelos não residentes, e com soante a situação no dia em causa, até avisam de imediato os locais para não irem trabalhar, transformando os locais em substitutos dos não residentes!

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Segundo um inquérito oficial, os sectores em que os desempregados querem trabalhar são, principalmente, hotelaria e restauração, construção civil e comércio por grosso e a retalho, etc. Por que razão é que as quotas recentemente autorizadas para estes sectores continuaram a aumentar significativamente? Objectivamente, os direitos e os salários dos trabalhadores locais só são garantidos de forma razoável quando não é permitida a importação de mão-de-obra, por exemplo, motoristas, *croupiers*, supervisores em casinos, e funcionários públicos. Quanto aos postos e tipos de trabalho que os locais querem e para os quais têm capacidade, as autoridades vão tomar a iniciativa de cancelar as quotas das grandes empresas?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Segundo muitas opiniões, as empresas impõem exigências mais rigorosas aos locais do que aos não residentes nas sessões de recrutamento, que, por isso, são para inglês ver, e cada vez mais empresas recorrem às agências de emprego e empregam locais a tempo parcial como substitutos dos não residentes. Como é que as autoridades tratam esta situação? Recentemente, uma grande empresa da venda a retalho com grande número de não residentes exigiu aos locais que tirassem licença sem vencimento. Para além do encontro com a empresa, que outras medidas é que as autoridades vão adoptar para salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores locais? As quotas de não residentes dessa empresa vão ser reduzidas nos termos da lei?
  
3. Já em 2007, a lei orgânica do então Gabinete para os Recursos Humanos previa expressamente as suas competências, incluindo “recolher e analisar toda a informação sobre a situação e evolução do mercado de trabalho local, necessária para fundamentar as decisões da Administração em matéria de contratação de trabalhadores não residentes” e “propor superiormente medidas relativas à contratação de trabalhadores não residentes”. Mas, decorridos mais de 10 anos, as políticas desleixadas mantêm-se. As autoridades vão definir critérios claros, objectivos e quantificáveis para a apreciação e autorização das quotas de não residentes? De que medidas concretas dispõem para garantir o direito ao emprego e o desenvolvimento



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da carreira profissional dos trabalhadores locais? Para a sociedade ficar a par da situação de apreciação e autorização das quotas e da respectiva racionalidade, as autoridades vão, de acordo com a numeração usada na “classificação das ocupações profissionais de Macau”, divulgar os dados e os números relativos aos não residentes?

10 de Julho de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam U Tou**